

## **ARTICULAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DO PME: ADAPTAÇÕES POSSÍVEIS DE ACORDO COM O PNE.**

Eliane da Costa Oliveira

*Universidade Federal da Paraíba. [elianecostaoliveira@ymail.com](mailto:elianecostaoliveira@ymail.com)*

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma síntese do processo de construção, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Ingá – PB que foi homologado em 2015. O documento é fruto de debates acerca das possibilidades de melhoria da educação considerando a realidade local. Para tanto, houve a chamada a participação de educadores, entidades e órgãos representativos da cidade de todos interessados como as redes privada, estadual, municipal e órgãos de defesa de direitos a exemplo da Associação de Portadores de Necessidades Especiais de Ingá (APNEI). A partir da apresentação do Plano Nacional de Educação (PNE) no segundo semestre de 2014 tivemos um “conflito” inicial com as metas e prazos já determinados no plano nacional e, sem o devido fomento para cumprir algumas metas no período estipulado. Embora entendessem a urgência em efetivar determinadas ações como a da meta 1 do (PNE) de universalizar a Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos nos deparamos com barreiras de ordens estrutural e orçamentária. Tivemos em julho de 2016 o início do monitoramento da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e Coordenadora do PAR Estadual. Com as orientações recebidas instituímos comissão de acompanhamento do PME. Buscamos parcerias para consolidar as estratégias firmadas a exemplo da realização do de um micro censo para verificar o nível de escolaridade da população. Houve tentativas de parcerias como com a Secretaria Municipal de Saúde com agentes comunitários, porém, devido a outras demandas destes, recorremos aos gestores das escolas que formaram equipes para colher os dados. Com isso, estamos num processo constante de avaliação e adaptação em prol da melhoria da educação em nosso município.

**Palavras-chave:** Plano Municipal de Educação, gestão, participação.

### **INTRODUÇÃO**

O Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024) foi elaborado com a participação de diversos educadores e especialistas, para substituir o anterior que estava em vigor desde 2001 e tinha como um dos principais problemas o excesso de objetivos que não foram cumpridos.

A partir da homologação do PNE os municípios brasileiros tiveram a responsabilidade de construir e/ou reelaborar os Planos Municipais de Educação (PME's) considerando a realidade local, porém, com base nas 20 metas já estabelecidas no documento nacional.

Na cidade de Ingá - PB, localizada acerca de 100 Km da capital, ocorreram plenárias de apresentação e discussão, do PNE com a participação de representantes das redes: privada, estadual e órgãos como a Associação de Portadores de Necessidades Especiais e auxílio de uma técnica

contratada pela prefeitura para elaborar o PME. Como supervisora escolar, participei e participo do processo de monitoramento e execução deste documento.

Entre os desafios encontrados, tivemos os das metas com prazos limitados e a falta de recursos desde estrutura física adequada das instituições de ensino, necessidade de formação docente específica, até a previsão orçamentária que contemplasse os objetivos já traçados no PNE.

Com o debate coletivo, buscamos adequar às estratégias de ação do PME a realidade local. No entanto, algumas delas não conseguimos cumprir plenamente dentro do prazo estipulado, como no caso da meta 1 de universalizar a Educação Infantil de crianças de 4 e 5 anos no município, até o ano de 2016.

Tivemos um novo impulso com o início do monitoramento da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e Coordenadora do Programa de Ações Articuladas (PAR) estadual no segundo semestre de 2016.

Com as orientações recebidas instituímos comissão de acompanhamento do PME e, compreendemos que muitos dos nossos questionamentos acerca do PME estavam contidos nele próprio, como os responsáveis pelo acompanhamento e períodos de avaliação.

Portanto, este trabalho é um relato de experiência de um plano de ação construído para criar, acompanhar e avaliar o PME do município de Ingá – PB de modo sistemático buscamos descrever os passos percorridos até então.

## **Construção do Plano Municipal de Educação**

A necessidade contínua em planejar o processo educativo tem nas políticas públicas um meio para organização e efetivação e, como indicado desde a Constituição Federal (C.F/1988) no Art. 206 ao referir-se sobre o caminho de um ensino de qualidade a todos considerando os seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - Garantia de padrão de qualidade;

VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (CF. art.206).

Considerando esses direcionamentos, são elaborados os demais documentos que regem a educação no Brasil. Sendo assim, a atenção redobrada para a criação das normativas a direcionar a educação de modo sistemático e equitativo.

As articulações para construção do Plano Municipal de Educação (PME) ocorreram logo após a divulgação Plano Nacional de Educação (PNE), foi necessária a convocação de educadores do município nas esferas: municipal, estadual e privada. Tendo o PNE as seguintes metas:

1 - Educação Infantil

Até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

2 - Ensino Fundamental

Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.

3 - Ensino Médio

Até 2016, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos. A meta é também elevar, até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

4 - Educação Especial/Inclusiva

Toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

5 - Alfabetização

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, segundo dados de 2012, a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura é de 44,5%. Em escrita, 30,1% delas estão aptas, e apenas 33,3% têm aprendizagem adequada em matemática.

6 - Educação integral

Até o fim da vigência do PNE, oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

7 - Aprendizado adequado na idade certa

Estimular a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

#### 8 - Escolaridade média

Elevar, até 2013, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

#### 9 - Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

#### 10 - EJA integrada à Educação Profissional

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Os dados de 2012 apontam que apenas 0,7% dos alunos do EJA de Ensino Fundamental têm esta integração. No Ensino Médio, a porcentagem sobe para 2,7%.

#### 11 - Educação Profissional

Triplidar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Em 2012, houve 1.362.200 matrículas nesta modalidade de ensino. A meta é atingir o número de 4.086.600 de alunos matriculados.

#### 12 - Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

#### 13 - Titulação de professores da Educação Superior

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

#### 14 - Pós-graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

#### 15 - Formação de professores

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**16 - Formação continuada e pós-graduação de professores**

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**17 - Valorização do professor**

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência do PNE.

**18 - Plano de carreira docente**

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido na Constituição Federal.

**19 - Gestão democrática**

Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

**20 - Financiamento da Educação**

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio (Brasil, 2014).

Postas estas metas, cabia aos municípios articularem formas de execução, entretanto, algumas barreiras como inviabilidade financeira previstas nos Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual e de ordem estrutural e de recursos humanos para tanto, foram dificuldades surgidas.

### **1.1. Discussões e contribuições à realidade local**

Com as plenárias de construção, foram analisadas as vinte metas e, discutidas as estratégias locais. Colocadas as metas já postas pelo PNE, nossa contribuição esteve entrelaçada com a realidade do município e, direcionada as atribuições e, aliada essa construção para a efetivação da proposta local.

As discussões e contribuições à nossa realidade surgiram no decorrer do processo. Quando percebemos a necessidade de identificar e sanar as causas de problemas como: a da ausência escolar de crianças e adolescentes, por exemplo, buscamos criar estratégias com ações simples, porém, eficazes como implementação da Ficha de Acompanhamento do Aluno Infrequente (FICAI) e garantir o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho extraclasse para formação, estudos,

planejamento, avaliações e outros, dos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino.

### 1. Acompanhamento e avaliação do PME

O processo monitoramento das ações do Plano Municipal de Educação de Ingá (PME/2014-2024) foi dinamizado a partir do segundo semestre de 2016 com a formação promovida desde o mês de julho do corrente ano.

Para organização do trabalho, foram realizados alguns procedimentos como escolha das comissões coordenadora, dos membros da equipe técnica participante, do coordenador responsável para viabilizar o monitoramento e a avaliação do PME, nomeação e publicação. Ocorridos nos meses de setembro e outubro 2016.

Com isso, seguiu o documento para análise dos responsáveis, após a definição de estratégias, foram verificadas com maior ênfase, as metas com prazos vencidos e a serem cumpridas até 2017.

Elencamos metas e estratégias na Ficha de Monitoramento que foi enviada no mês de setembro de 2016 e refeita e reenviada conforme orientado nas reuniões promovidas pela representação da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e Coordenadora do Programa de Ações Articuladas (PAR) estadual no segundo semestre de 2016 a todos os municípios do estado. Juntamente, anexamos para conferência: ficha de monitoramento, portaria, agenda de trabalho e dúvidas pertinentes ao plano. O trabalho foi organizado com a seguinte agenda:

ETAPAS	AÇÕES	MESES						RESPON SÁVEL
		J	A	S	O	N	D	
1. Formação	Formação Pessoal	x	x					Iara de Oliveira
2. Organizar o Trabalho	Escolha dos membros da Comissão Coordenadora				x			Secretária de Educação
	Escolha dos membros da Equipe Técnica			x				
	Escolha do Coordenador responsável para viabilizar o Monitoramento e a Avaliação do PME				x			



	Nomear a Comissão Coordenadora, Equipe Técnica e o Coordenador responsável para viabilizar o Monitoramento e a Avaliação.						X	
	Publicar as portarias de nomeação						X	
3. Estudar o Plano	Distribuição da cópia do PME		X					Comissão e Equipe Técnica
	Estudo do Plano por Etapas	X	X	X				
4. Monitorar continuamente as metas e estratégias	Monitorar as metas e estratégias					X	X	Comissão e Equipe Técnica
	Elaborar novas técnicas					X	X	
5. Avaliar periodicamente o Plano	Avaliar o Plano						X	Comissão e Equipe Técnica
	Elaborar notas técnicas						X	
6. Documento final	Elaborar o documento final do monitoramento e a avaliação						X	Comissão Coordenadora

No processo de execução desta agenda, foram vistas outras necessidades a exemplo de realização de um micro censo e, criação de novas ações para cumprir as estratégias postas no PME bem como, refazer as que não tinham viabilidade no município.

### **2.1. (Re)descobrimos possibilidades de efetivação das estratégias**

Em todas as etapas, reiteramos o compromisso de monitorar continuamente as metas estratégicas do Plano Municipal de Educação do município de Ingá com a realização de análise em especial, das metas com prazo expirado e/ou prestes a vencer. Pois, a complexidade de execução seja por inviabilidade financeira ou de recursos humanos.

Identificamos no processo de avaliação que havia diversas estratégias não cumpridas e, conseqüentemente, metas não atingidas. Por isso, ocorreu a necessidade de elaboração de notas técnicas explicando os motivos da não realização e, firmando novos prazos.

Assim, para cada estratégia foram criadas ações para viabilizar e concretizar as metas. Para tanto, foi preciso um esforço coletivo como para a realização de um micro censo para identificar números atuais da população em idade escolar e os níveis atingidos, principalmente, as crianças de quatro e cinco anos que estavam fora da escola. Pois, como demonstra o Observatório do PNE a porcentagem de crianças de 4 e 5 anos na escola tem crescido consideravelmente em 2002 era de 65% e em 2016 passava dos 90%, mas, a meta diz para acontecer a universalização nessa faixa etária e não tínhamos números atuais desta população.

Para tanto, o uso da gestão pública em todos os seus conceitos conforme descreve Dörr (2016)

Gestão pública: utilização de práticas na administração do setor público. A gestão está ligada ao planejamento, que é uma das principais funções do gestor. Planejamento: processo formalizado para gerar resultados a partir de um sistema integrado de decisões. Planejamento difere de improvisar. Estratégia: consiste na conexão a qualquer processo de tomada de decisão que atinge toda a organização por um prazo longo. Logo, é um conjunto de decisões e ações que tem, por finalidade, assegurar a coerência interna e externa da organização, mobilizando todos os seus recursos. (DÖRR, p 14, 2016).

Com isso, foram solicitados para esses levantamentos, auxílio dos agentes de saúde através da Secretaria Municipal de Saúde, porém, devido a outras atribuições desses servidores não conseguiram passar esses dados. Com isso, houve o engajamento extra, por parte das gestões das escolas municipais que conseguiram realizar este micro censo, restando apenas, conclusão desta tabulação para obtenção do resultado final.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vemos como imprescindível buscar caminhos na consolidação de políticas públicas que promovam melhoria na qualidade da educação. Neste sentido, a união de forças de pessoas realmente comprometidas surge como um diferencial, em prol da construção de soluções exequíveis em nossa realidade.

O dinamismo de cada educador envolvido impulsionou os demais a não desisti. Visto que as já estavam postas no PNE nos debruçamos na tentativa de realização, porém, barrados pela ausência de recursos.

Assim, foi preciso rever possibilidades de intervenção para seguir em frente e, reconstruir o PME de acordo com aquilo era possível, mas sem nos subestimar, pois, a cada dia nos descobrimos





e entendemos a necessidade de articulações em prol de objetivos para uma sociedade mais justa, como a educação de qualidade e acreditar que somos capazes de nos superar ao invés de travar nas dificuldades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em movimento.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/sistema-nacional-de-educacao>. Acesso em: 04/06/17.

INGÁ. **Plano Municipal de Educação de Ingá.** Câmara de vereadores, Ingá, 2015.

OBSERVATÓRIO PNE. Educação Infantil: indicadores da meta. Disponível em: <file:///C:/Users/Educa%C3%A7%C3%A3o/Downloads/porcentagem-de-crian%C3%A7as-de-4-e-5-anos-na-escola.pdf>. Acesso em 31/07/2017.

PRADIME. **Orientações sobre o TCC.** Módulo 10 do Curso de Especialização em Gestão da Educação Municipal da Secretaria de Educação Básica do MEC oferecido pela Universidade Federal da Paraíba. Disponível na plataforma moodle do curso (<http://cursos.mec.gov.br/pradime/ufpb/my/>). Brasília: MEC/SEB/PRADIME, 2016.

PRADIME; DÖRR, Andréa Cristina. **Introdução a Gestão: conceitos de gestão pública.** In: planejamento estratégico na gestão pública na perspectiva da gestão democrática. Módulo 9 do Curso de Especialização em Gestão da Educação Municipal da Secretaria de Educação Básica do MEC oferecido pela Universidade Federal da Paraíba. Disponível na plataforma moodle do curso (<http://cursos.mec.gov.br/pradime/ufpb/my/>). Brasília: MEC/SEB/PRADIME, 2016.

SOUZA, Donaldo Bello. **Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE2014-2024.**

Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1942/1942.pdf>. Acesso em: 31/07/2017.

PRADIME; DÖRR, Andréa Cristina. **Introdução a Gestão: conceitos de gestão pública.** In: planejamento estratégico na gestão pública na perspectiva da gestão democrática. Módulo 9 do Curso de Especialização em Gestão da Educação Municipal da Secretaria de Educação Básica do MEC oferecido pela Universidade Federal da Paraíba. Disponível na plataforma moodle do curso (<http://cursos.mec.gov.br/pradime/ufpb/my/>). Brasília: MEC/SEB/PRADIME, 2016.